

PETIÇÃO INICIAL TRABALHISTA PARA REDUÇÃO DE JORNADA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE _____

RECLAMANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

CTPS Nº: _____ SÉRIE: _____ UF: _____

PIS/PASEP: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RECLAMADA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RAMO DE ATIVIDADE: _____

I – DOS FATOS

O Reclamante foi contratado em data anterior, exercendo a função de _____, sob regime de jornada integral, conforme registrado em sua CTPS e contrato de trabalho.

Em razão de necessidades pessoais e autorização do empregador, foi acordada redução da jornada de trabalho, com diminuição proporcional do salário, conforme previsto no artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal, e em conformidade com a Medida Provisória nº 936/2020, convertida na Lei nº 14.020/2020.

Tal redução ocorreu no período de ____ a ____, com jornada diária reduzida de ____ horas para ____ horas, sem prejuízo da estabilidade provisória prevista no artigo 10, inciso II, alínea 'b' do ADCT.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A redução da jornada e salário foi realizada com base no artigo 7º, VI, da Constituição Federal, e amparada pela MP nº 936/2020 e Lei nº 14.020/2020, que autorizam medidas provisórias para preservação do emprego.

O acordo foi formalizado por escrito, conforme determina a legislação trabalhista e recomendações do TST.

III – DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento das condições pactuadas, o Reclamante requer a aplicação da multa prevista no artigo 467 da CLT, bem como a reparação por eventuais prejuízos decorrentes.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A homologação da redução de jornada e salário conforme acordado;
2. Reconhecimento da estabilidade provisória prevista no art. 10, II, b, do ADCT;
3. Condenação da Reclamada ao pagamento de eventuais diferenças salariais e adicionais decorrentes;
4. Aplicação das multas legais em caso de descumprimento do acordo;
5. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental e testemunhal;
6. A concessão da justiça gratuita por ser o Reclamante hipossuficiente nos termos da lei;
7. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios.

V – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____, para efeitos legais.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____
Local Data

Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/reducao/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.